

# Secretaria de Estado da Educação

# **CLIPPING**

29 de maio 2013

www.sed.sc.gov.br



Veiculo: Diário Catarinense Editoria: Geral Data: 29/05/2013

Assunto: Secretário da educação questiona dados de dossiê da merenda escolar

de SC

Página: Online

# DIÁRIO CATARINENSE

# Secretário da educação questiona dados de dossiê da merenda escolar de SC

Notificação extrajudicial será encaminhada nesta quarta-feira para o órgão de fiscalização



Foto: Conselho Regional de Administração Escolar / Divulgação

### Carolina Dantas

carolina.dantas@diario.com.br

No dia seguinte à divulgação de um dossiê que apontou 13 casos de problemas com merenda escolar em Santa Catarina, o secretário de Educação do Estado, Eduardo Deschamps, disse que lamenta a posição do Conselho Estadual de Alimentação Escolar (Ceae) em divulgar a elaboração de um dossiê sem apresentá-lo ao governo do Estado previamente.

Nesta segunda-feira, o Ceae entregou ao Ministério Público Federal um relatório com quase 3 mil fotografias de merenda escolar em toda rede estadual de ensino – o MPF deve se pronunciar hoje sobre o assunto. Quatro empresas que fornecem alimentação aos estudantes foram citadas no relatório pelo serviço considerado irregular: Nutriplus, ERJ, Coan (comprada pela ERJ) e Risotolândia.



Segundo Deschamps, o conteúdo do dossiê não foi encaminhado à Secretaria de Educação e uma notificação extrajudicial será encaminhada nesta quarta-feira para que o conselho envie o teor do documento.

### >>> Galeria de fotos mostra as irregularidades com os alimentos

— Precisamos receber o dossiê antes de tomar qualquer atitude. A nossa fiscalização também identificou alguns problemas e está trabalhando para resolvê-los. Mesmo assim, a pesquisa na rede mostrou que há satisfação geral – defendeu o secretário.

Entre as irregularidades apontadas estão desde a má conservação da comida até a falta de nutricionistas nas escolas.

O conselho é uma das entidades responsáveis pela fiscalização dos colégios e, segundo a presidente, Fátima Fuhro, o dinheiro investido no Estado seria três vez maior que a média nacional e não seria compatível com a qualidade do serviço.

## O que diz Nutriplus:

Diz não ter conhecimento das acusações e irá se posicionar quando receber oficialmente o relatório.

### O que dizem ERJ e Coan:

A ERJ, responsável pela merenda nas escolas de Florianópolis, informa que analisará os questionamentos e tomará as providências naquilo que é de sua responsabilidade. A empresa garante que as nutricionistas cumprem a carga horária conforme determina a legislação e que possuem certificado do quadro técnico exigido pelo Conselho Regional de Nutricionistas de SC, que determina o número de profissionais adequado à quantidade de refeições.

### O que diz Risotolândia:

A assessoria de imprensa informou que a empresa vai se pronunciar hoje.

### Sobre o caso:

O Conselho Estadual de Alimentação Escolar enviou um ofício ao Ministério Público Federal no início de abril apontando pelo menos 13 irregularidades no serviço de merenda escolar estadual. Um dossiê com todos os documentos e fotografias que comprovam os problemas do serviço está sendo preparado e, segundo o CEAE, será encaminhado às autoridades quando estiver pronto.



Veiculo: G1 Santa Catarina Editoria: Educação Data: 29/05/2013

Assunto: MPF investiga compra de merenda escolar em Santa Catarina

Página: Online



# SANTA CATARINA



# MPF investiga compra de merenda escolar em Santa Catarina

Inquéritos foram baseados em suspeita de descumprimento de lei federal. Governo do Estado diz que busca solução à terceirização do serviço.



A suspeita de descumprimento da Lei Federal 11.947 de 2009, que determina como deve ser a alimentação nas escolas foi alvo de inquéritos do Ministério Público Federal em Santa Catarina. Segundo o MPF, as investigações foram baseadas nas regras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que repassa os recursos para a compra dos alimentos. Já o governo do Estado diz que busca uma solução à terceirização, conforme reportagem da RBS TV (Veja vídeo).

"Nós estamos aguardando com relação a não aprovação de contas", disse procurador da República Ricardo Kling Donini. Em 2011, técnicos do FNDE visitaram o estado e listaram algumas irregularidades. O relatório foi encaminhado à Secretaria de Estado da Educação. Além de situações, como a falta de alimento, os órgaos de fiscalização também questionam a compra dos produtos. Nas escolas onde a merenda é terceirizada, são as empresas que fazem isso. Porém, pela lei, conforme a coordenadora do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Rosane Nascimento da Silva, a compra só pode ser feita pelos governos estaduais.

"Só podemos comprar gêneros alimentícios com recursos da alimentação escolar repassados pelo governo federal. Qualquer outro tipo de despesas devem ser arcadas com recursos das prefeituras e secretarias de Educação", disse.



Segundo Omar Matiola, diretor da Secretaria de Estado da Educação, as empresas compram e quando fazem a cobrança dos seus serviços apresentam duas notas fiscais, uma dos gêneros alimentícios e outras da mão de obra. "Na nota dos gêneros alimentícios, nós podemos usar recursos vindos do FNDE", explicou o diretor.

Dos mais de seis milhões de refeições servidas na rede estadual de ensino em Santa Catarina, 75% são feitas por empresas terceirizadas. Em todo o estado, quatro empresas que venceram uma licitação em 2008 fazem o serviço. A licitação chegou a ser suspensa pelo Tribunal Regional Federal em 2011, depois de questionamentos do Tribunal de Contas. Porém, o Estado recorreu da decisão.

Há cerca de um ano o governo do Estado anunciou o fim gradativo da terceirização na merenda e chegou a promover seminários para retomar a gestão nas regionais de Canoinhas, Brusque, Tubarão e Xanxerê. Porém, o edital para contratar empresas fornecedoras de utensílios e mão de obra foi questionado e está sendo refeito. O prazo para ser concluído é agosto deste ano. "Nós estamos na fase de transição, de um meio termo entre um modelo totalmente amador e uma excessivamente profissionalizado", disse Omar Matiola.

"Vale ressaltar que nenhum dessas investigações exclui novas investigações, desde que as pessoas tragam ao Ministério Público elementos mínimos para iniciarmos uma investigação, seja em relação à qualidade dos alimentos ou superfaturamento", concluiu o disse procurador da República Ricardo Kling Donini.



Veiculo: Diário CatarinenseEditoria: GeralData: 29/05/2013

Assunto: Secretário questiona os dados de dossiê Página: 30

# DIÁRIO CATARINENSE

# MERENDA COM PROBLEMA

# Secretário questiona os dados de dossiê

Governo espera receber documento antes de encaminhar soluções

No dia seguinte à divulgação de um dossiê que apontou 13 casos de problemas com merenda escolar em Santa Catarina, o secretário de Educação do Estado, Eduardo Deschamps, disse que lamenta a posição do Conselho Estadual de Alimentação Escolar (Ceae) em divulgar a elaboração de um dossiê sem apresentá-lo ao governo do Estado previamente.

Na segunda-feira, o Ceae entregou ao Ministério Público Federal um relatório com quase 3 mil fotografias de merenda escolar em toda rede estadual de ensino – o MPF deve se pronunciar hoje sobre o assunto. Quatro empresas que fornecem alimentação aos estudantes foram citadas no relatório pelo serviço considerado irregular: Nutriplus, ERJ, Coan (comprada pela ERJ) e Risotolândia.

Segundo Deschamps, o conteúdo do dossiê não foi encaminhado à Secretaria de Educação e uma notificação extrajudicial será encaminhada hoje para que o conselho envie o teor do documento.

 Precisamos receber o dossiê antes de tomar qualquer atitude. A nossa fiscalização também identificou alguns problemas e está trabalhando para resolvê-los. Mesmo assim, a pesquisa na rede mostrou que há satisfação geral – defendeu o secretário.

Entre as irregularidades apontadas estão desde a má conservação da comida até a falta de nutricionistas nas escolas.

O conselho é uma das entidades responsáveis pela fiscalização dos colégios e, segundo a presidente, Fátima Fuhro, o dinheiro investido no Estado seria três vez maior que a média nacional e não seria compatível com a qualidade do serviço.

# Contrapontos

## O que diz Nutriplus

Diz não ter conhecimento das acusações e irá se posicionar quando receber oficialmente o relatório.

# O que dizem ERJ e Coan

A ERJ, responsável pela merenda nas escolas de Florianópolis, informa que analisará os questionamentos e tomará as providências naquilo que é de sua responsabilidade. A empresa garante que as nutricionistas cumprem a carga horária conforme determina a legislação e que possuem certificado do quadro técnico exigido pelo Conselho Regional de Nutricionistas de SC, que determina o número de profissionais adequado à quantidade de refeições.

### O que diz Risotolândia

A assessoria de imprensa informou que a empresa vai se pronunciar hoie.



Veiculo: Notícias do Dia Editoria: Cidade Data: 29/05//2013

Assunto: Merenda escolar sob suspeita Página: 07

# Notícias do Dia

# Merenda escolar sob suspeita

O Conselho Estadual de Alimentação Escolar e a Secretaria de Estado da Educação investigam, separadamente, a qualidade da merenda oferecida nas escolas estaduais de Santa Catarina. O serviço, terceirizado desde 2010, apresentou problemas quanto à infraestrutura das cozinhas e armazenamento dos alimentos. Esses pontos são de responsabilidade das empresas que venceram o processo licitatório.

A partir da análise nas escolas, a empresa ERJ foi a que mais teve irregularidades apontadas. Consequentemente, o repasse de verbas foi cortado até que sejam feitas as adequações exigidas pela secretaria. Em Florianópolis, as escolas Lauro Müller, na região central, e Muquém, no Rio Vermelho, apresentaram problemas. Em todo Estado, são 44 escolas na mesma situação.

A investigação da secretaria começou no dia 20 de fevereiro. Segundo o gerente de alimentação escolar, Ivo Bilaardt, escolas em Timbó, Brusque, Blumenau e Florianópolis apresentaram problemas quanto à limpeza, higiene e também questões estruturais como armazenamento dos gêneros alimentícios e prateleiras irregulares. "Retiramos todos os produtos suspeitos e os gestores escolares foram orientados a acompanhar a chegada dos alimentos e a preparação, enquanto a empresa não realizava os reparos exigidos", afirmou.

Nenhuma das cozinhas precisou ser fechada porque o gerente garantiu que não havia riscos aos estudantes. No total, a ERJ deixou de receber — desde 23 de maio — por 70 mil refeições que são servidas diariamente nas 44 escolas com problemas. Cada refeição custa ao Estado entre R\$ 1,90 e R\$ 2,10.

A empresa ERJ, com sede em São Paulo, é representada em Santa Catarina pela gerente de operações Renata Malu li. Ela garante que as adequações foram realizadas e a empresa protocolou a defesa ontem na Secretaria de Educação.

# Conselho faz denúncia ao Ministério Público

Paralelo à investigação do Estado, o CAE-SC (Conselho Estadual de Alimentação Escolar) também encontrou irregularidades na merenda. Neste documento, enquadram-se as quatro empresas que fornecem alimentos aos estudantes.

O Conselho encontrou um cenário

ainda mais grave e protocolou uma denúncia no Ministério Público Federal, que analisa a denúncia. Entre os 13 pontos detalhados pelo Conselho, está o não cumprimento do uso de 30% da verba do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para a aquisição de alimentos

da agricultura familiar local.

Segundo a presidente do CAE-SC, Fátima Fora, a investigação começou em 2010. O gerente de alimentação escolar, Ivo Bilaardt, afirmou que desconhece o dossiê do Conselho, mas que esse relatório deverá ser integrado às denúncias da secretaria.



Veiculo: Diário CatarinenseEditoria: EconomiaData: 29/05/2013Assunto: Aulas vão ensinar a empreenderPágina: 22

# DIÁRIO CATARINENSE

ENSINO TÉCNICO

# Aulas vão ensinar a empreender

São Paulo

A partir do segundo semestre deste ano, alunos do ensino técnico no país passarão a ter aulas de empreendedorismo. A iniciativa é resultado de um acordo de cooperação entre o Ministério da Educação e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). As aulas de empreendedorismo vão integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec).

O anúncio do acordo foi feito ontem pelo Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, no Encontro Nacional de Educação Empreendedora, promovido pelo Sebrae em Brasília. Entre os conteúdos que deverão ser apresentados em aula estão princípios de gestão e análise de oportunidades do mercado.

O objetivo da iniciativa é atingir 1,5 milhão de estudantes do ensino técnico nacional até o final de 2014. A disciplina será oferecida com duração de 52 horas para alunos de 15 cursos técnicos, entre eles os de cabeleireiro, promotor de vendas e reparador de computadores.

Segundo Carlos Alberto dos Santos, diretor-técnico do Sebrae nacional, a escolha dos cursos que teriam empreendedorismo como disciplina levou em conta a probabilidade dos profissionais da área trabalharem como autônomos. Para isso, foram observados os cadastros de CNPJ como Microempreendedor Individual nas profissões escolhidas.

O curso profissionalizante já ensina a parte técnica do negócio. Nossa intenção é desenvolver competências em relação à inserção da pessoa no mercado como autônomo para quem só atuou como empregado até o momento – diz Santos.

# Capacitação dos professores ficará a cargo do Sebrae

A capacitação de professores para ministrar a nova disciplina ficará a cargo do Sebrae. Serão ministrados cursos online de 32 horas, aplicados durante quatro semanas. Também serão oferecidas pelo Sebrae e Ministério da Educação mil bolsas de mestrado para docentes que, após a formação para ministrar as aulas, queiram se especializar em temas ligados à educação empreendedora.

Segundo Santos, do Sebrae, a ideia é que, a médio prazo, esses professores possam levar mais cursos de empreendedorismo para dentro das universidades do país.

Ao final do processo, também serão reconhecidas escolas que desenvolverem os melhores projetos na área. Santos diz que, até o momento, a instituição já ofereceu cursos de empreendedorismo para cerca de 2 milhões de alunos, desde o ensino fundamental até a universidade.



Veiculo: A Notícia Editoria: Você.Leitor Data: 29/05/2013

Assunto: Na educação pública, de quem é a culpa?

Página: 24

# ANOTÍCIA Na educação pública, de quem é a culpa?



ALFREDO LEONARDO PENZ, professor e escritor alfredopenz@yahoo.com.br

depoimento que relato a seguir é de uma aluna descontente com os acontecimentos na sua escola. Sei que não é regra, ou seja, nem todas as escolas públicas apresentam esta mesma situação, mas foi desta forma que ela, indignada, chegou e perguntou: "O que o professor acha de a gente não ter aula de inglês, porque a professora está doente e de atestado? Estamos há um mês sem aula. Não fazemos nenhuma atividade. Nenhuma supervisora vem nos auxiliar. Somos liberados para sair da sala e ir para o pátio da escola. Não passam nenhum conteúdo, nenhum exercício. A gente já reclamou, mas disseram que a culpa é da professora, que só pega atestado".

Ficar um mês sem aulas, e deixar os alunos no pátio da escola, é um descaso total com os alunos e com a educação. É uma total falta de comprometimento com o desenvolvimento escolar. Se fosse numa escola da rede privada (pensei), a



situação seria diferente. Encontrariam um professor para substituir o professor faltante, apresentariam algum exercício para os alunos, ou uma supervisora iria apresentar alguma atividade; e atividades é o que não falta. Mas se nada disso tivesse sido feito dum mês sem aulas de inglês numa escola da rede privada –, eu iria até a secretaria da escola e pediria um desconto na mensalidade. Simples assim,

pois quando se paga por um serviço temos que ter o seu retorno.

Mas e na rede pública, onde os impos tos e taxas corroem nosso salário como erva daninha, o que fazer? Bem, se fosse possível, eu diria que deveríamos ir até as autoridades e pedir um desconto nos nossos tributos, já que estamos pagando por um serviço que não está sendo executado. Será que funcionaria? Sabemos

que não.



É um jogo de faz de conta do tipo: finjam que vocês aprendem, que eu finjo que darei ensino público de qualidade.

Mas onde está este ensino de público de qualidade, com alunos nos pátios da escola jogados ao léu? Como teremos ensino público de qualidade com professores desmotivados? Quando teremos um ensino de qualidade com escolas sucateadas, que só entram em reforma no início do ano letivo? São tantas perguntas sem respostas. E o pior de tudo é que aqueles aos quais nós confiamos nossos votos também fingem que não veem.

Até quando teremos este descaso com

as escolas públicas?

Só há uma certeza: 2014 será um ano de eleições. Novamente, eles virão pedir a confiança do povo e "verborrizar" por melhores condições na educação.

Mas até lá os alunos continuarão no pátio da escola vendo o tique-taque da máquina do tempo bater cada vez mais depressa, pondo em risco o destino de uma geração.

De quem é a culpa? Será que a culpa é da professora, que só pega atestado, ou da falta de consideração com os alunos?